INFÂNCIAS WARAO EM DESLOCAMENTO: BRINCAR, IDENTIDADE E RESISTÊNCIA À COLONIALIDADE

Letícia Sales Silva[1]; Marilete Calegari Cardoso[2]

Introdução

As migrações forçadas na América Latina têm evidenciado, de maneira particularmente intensa, a histórica condição de vulnerabilização vivenciada por povos indígenas em deslocamento e, de forma ainda mais acentuada, por crianças. A crise venezuelana, conforme dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR, 2024), desencadeou um dos maiores fluxos recentes de mobilidade humana no continente, levando cerca de 7,9 milhões de venezuelanos a buscar proteção e melhores condições de vida fora do país, com presença expressiva no Brasil. Nesse cenário, a presença de famílias Warao evidencia desafios que ultrapassam a garantia de direitos básicos, alcançando dimensões culturais, identitárias e educacionais.

No plano institucional, a resposta brasileira ao fluxo migratório incluiu a criação da Operação Acolhida, em 2018, com ações de abrigamento e interiorização para diferentes municípios, articulando esforços do Estado e de agências internacionais. Ainda assim, o acolhimento apresenta desigualdades, sobretudo quando não contempla as especificidades linguísticas, comunitárias e cosmológicas que estruturam a vida Warao, repercutindo diretamente nas infâncias. Nesse contexto, as crianças Warao vivenciam uma dupla vulnerabilidade: por serem crianças e por serem indígenas em situação migratória. Para além das precariedades materiais e das barreiras educacionais, suas percepções permanecem frequentemente à margem das decisões institucionais, mediadas por perspectivas adultas. Conforme assinala Abelson (2023), o sistema brasileiro de acolhimento de refugiados opera sob uma lógica que prioriza os adultos, relegando as experiências, sentimentos e temores infantis a um plano secundário. É justamente nesse cenário que o brincar assume relevância singular. Muito além de mero entretenimento, configura-se como prática social carregada de significados culturais e políticos. Desse modo, compreende-se o brincar não apenas como direito assegurado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), mas também como espaço analítico privilegiado para compreender dinâmicas descolonizadoras que atravessam a infância em situação de migração. Torna-se, portanto, imprescindível superar concepções homogêneas de infância, reconhecendo as especificidades culturais e políticas das crianças Warao.

[1] Graduanda em licenciatura em Pedagogia e bolsista do Programa de Iniciação Científica – Cnpq-Af/UESB de Jequié, pelo projeto de pesquisa "*Brincadeiras Sem Fronteira: estudo com crianças migrantes na cidade de Jequié – Bahia*". E-mail: 202320086@uesb.edu.br

[2] Pós- Doutora em Infância (Ufscar); Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia/UFBA. Professora Titular do Departamento de Ciências Humanas e Letras -DCHL/UESB, Jequié. Docente do Programa de Pós –Graduação em Educação – UESB, Vitória da Conquista- Bahia E-mail: marilete.cardoso@uesb.edu.br

Diante desse quadro, emerge a necessidade de investigar o brincar como prática cultural e política no contexto da migração indígena. Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar o brincar de crianças venezuelanas da etnia Warao que migraram para o Brasil, a partir de uma perspectiva descolonizadora, compreendendo o lúdico como potência de preservação identitária, elaboração das experiências migratórias e promoção de uma educação intercultural sensível às suas especificidades culturais.

Metodologia

O estudo caracteriza-se como pesquisa qualitativa, desenvolvida por meio de Revisão Sistemática de Literatura (RSL). Conforme Cruz e Ferreira (2023), esse procedimento metodológico possibilita reunir, analisar e sintetizar resultados de pesquisas sobre determinado tema, contribuindo para o aprofundamento teórico e para a identificação de lacunas investigativas.

O percurso metodológico estruturou-se em três etapas: inicialmente, definiu-se o foco da investigação e planejou-se a estratégia de busca; posteriormente, realizou-se a seleção e aplicação de critérios de elegibilidade; por fim, procedeu-se à síntese e interpretação dos achados. As buscas foram realizadas no Google Acadêmico, no Portal de Periódicos CAPES e em repositórios universitários, considerando produções publicadas entre 2015 e 2025. A etapa inicial resultou em 13 estudos; após aplicação dos critérios de inclusão, pertinência ao tema do brincar, infâncias indígenas e migração, com ênfase no contexto latino-americano e/ou Warao e exclusão, duplicidade ou distanciamento do problema investigado, a amostra final foi composta por 7 publicações.

A análise ocorreu por meio de organização temática, contemplando categorias como: brincar enquanto prática cultural e política; identidade e pertencimento; acolhimento; colonialidade; e interculturalidade. Embora bibliográfica, a pesquisa assumiu compromisso ético com a fidelidade às fontes e com uma leitura crítica que evitasse reproduzir perspectivas etnocêntricas sobre as infâncias indígenas.

Resultados e Discussões

O brincar aparece como uma das principais formas de preservar e transmitir a memória cultural Warao. Lira et al. (2024) mostram que as crianças brincam com elementos do território de origem, rios, árvores, pesca, mesmo sem ter vivido diretamente. Além disso, atividades lúdicas facilitam a comunicação, superam barreiras linguísticas e estimulam troca cultural, criando pontes entre crianças Warao e brasileiras. Crianças Warao e brasileiras compartilham gestos, risos e invenções, promovendo uma troca cultural espontânea que desafia estereótipos e favorece a integração.

Abelson (2023) também mostra essa ligação com o território nas brincadeiras e desenhos. As crianças vivenciam uma série de sentimentos complexos, como saudade, medo, incerteza e, por vezes, raiva pela decisão de migrar tomada pelos pais sem sua consulta. Seus desenhos e narrativas revelam os profundos impactos emocionais da jornada migratória e do processo de adaptação. E nesse processo, as brincadeiras ajudam na elaboração emocional dos traumas.

Assim, Crianças brincam de fazer malocas ou atravessar o rio, revivendo situações difíceis para tentar compreendê-las e superá-las.

Partindo da crítica de Tonetto; Santiago; Salva (2025) ao adultocentrismo estrutural que impera nas ciências sociais e nas políticas migratórias, é possível refletir sobre uma configuração fundamental na forma como enxergamos a infância em movimento. Os autores demonstram, em seu estudo com crianças venezuelanas, como a lógica que Invisibiliza a criança como sujeito é desafiada na prática: quando os adultos se silenciam, são as próprias crianças que assumem a função de narradoras da migração, tornando-se guardiãs da história familiar. Este fenômeno não é acidental, mas sintomático de uma realidade mais profunda que a teoria precisa abraçar. Mais do que vítimas passivas ou acompanhantes, as crianças se revelam protagonistas de suas trajetórias, ativas produtoras de cultura e árbitras na ressignificação dos espaços que atravessam e ocupam.

A pesquisa em questão capta a dualidade expressiva dessa agência: há, por um lado, uma vontade declarada de narrar as experiências da travessia, um impulso de dar forma e sentido ao caos do deslocamento. Outro ponto é a necessidade de formação de educadores interculturais, fundamentada em Castro (2023), que problematiza a construção eurocêntrica dos direitos da criança. A valorização das culturas indígenas e das epistemologias do Sul é essencial para garantir práticas pedagógicas sensíveis, que respeitem e acolham as especificidades das infâncias Warao.

Vale destacar ainda, Tonetto; Santiago; Salva (2025) reforçam a importância de dar centralidade à voz das crianças, reconhecendo-as como protagonistas da migração. Suas narrativas e silêncios revelam a necessidade de políticas públicas, pesquisas e práticas de acolhimento. Por fim, destaca-se que criar espaços de brincar culturalmente sensíveis é fundamental para promover dignidade, pertencimento e integração.

As reflexões apontadas pelos teóricos em estudo nos conduz a uma conclusão imperativa: entender a migração na sua complexidade exige não apenas incluir as crianças no quadro, mas reconhecê-las como centrais nele. Suas narrativas e seus silêncios são duas faces da mesma moeda, desafiando-nos a desenvolver metodologias e políticas sensíveis o suficiente para escutar ambas, honrando-as como sujeitos plenos e autores de suas próprias histórias.

Conclusões

O estudo analisa o brincar de crianças Warao em contexto migratório a partir de uma perspectiva descolonizadora. Os resultados demonstram que o brincar preserva a memória cultural e fortalece a identidade étnica. As brincadeiras mantêm vínculos com o território de origem e atualizam referências coletivas. O lúdico favorece a elaboração emocional das experiências de deslocamento. O brincar promove interculturalidade e amplia interações entre crianças Warao e brasileiras. A análise evidencia a permanência de lógicas adultocêntricas nos processos de acolhimento. O estudo reconhece as crianças como sujeitos sociais ativos e produtores de cultura. Conclui-se que o brincar constitui prática de resistência à colonialidade e fundamento para uma educação intercultural.

Palavras-Chave: Brincar; Infância Warao; Migração indígena.

Referências Bibliográficas

ACNUR - Agência da ONU para Refugiados - **Os Warao no Brasil: contribuições da antropologia para a proteção de indígenas refugiados e migrantes**. Brasília: ACNUR, 2021. Acesso em: 2 mar. 2025. Disponível em https://www.acnur.org/portugues/wpcontent/uploads/2021/04/WEB-Os-Warao-noBrasil.pdf

ABELSON, Maria Isabel Ramos da Silva. **Na voz das crianças venezuelanas refugiadas, a construção de infâncias em deslocamento.** 2023. 225 f. Tese (Doutorado em Saúde da Criança e da Mulher) – Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2023.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Brasília: CBIA, 1990.

CASTRO, Lucia Rabello de. Descolonização e direitos da criança: uma introdução. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 56, p. 25-38, maio/ago. 2023. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/62276/62276.PDF. Acesso em: 18/02/2026.

CRUZ, Fabielle Rocha; FERREIRA, Jacques de Lima. Estudos de revisão em Educação: Estado da Arte e Revisão Sistemática. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 30, e11512, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.5335/rep.v30i0.11512. Acesso em: 30 jul. 2024.

LIRA, Anna Julia Silva de; BARROS, Annalison Sandro de; GANAN, Nauali Spanhol; VENTURA, Bruna Fruet; PEREIRA, Isabel Gaião. **Brincar e viver em comunidade: crianças Warao**. In: Anais do GT 14: Movimentos Sociais e Educação. Cuiabá: UFMT, 2024. Disponível em: https://sol.sbc.org.br/index.php/semiedu_estendido/issue/view/1422

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, cultura e conhecimento na América Latina. In: **Anuário Mariateguiano.** Lima: Amauta, 1999.

SARMENTO, Manuel Jacinto; PINTO, Manuel. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. In: PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel Jacinto (orgs.). **As crianças: contextos e identidades.** Braga: Universidade do Minho, 1997. p. 9-30.

TONETTO, Maria Luiza Posser; SANTIAGO, Flávio; SALVA, Sueli. **"Ele é o único que fala da nossa travessia"**: a experiência de crianças venezuelanas no Brasil. Revista Humanidades e Inovação, Palmas, v. 12, n. 1, 2025.Disponivel em: https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/10512